
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS: AS (RE)EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE CRISTALINA (GO)

MODERNIZATION OF AGRICULTURE AND AGROHYDROBUSINESS IN GOIÁS:
THE (RE)EXISTENCES IN THE MUNICIPALITY OF CRISTALINA (GO)

MODERNISATION DE L'AGRICULTURE ET L'AGROHYDROBUSINESS À GOIÁS:
LES (RÉ)EXISTENCES DANS LA MUNICIPALITÉ DE CRISTALINA (GO)

Anderson Ferreira Aquino¹
Magda Valéria da Silva²

RESUMO: O presente artigo traz uma reflexão sobre a modernização da agricultura no Brasil e a consolidação dos Complexos Agroindustriais e sua nova roupagem denominada de agronegócio. A partir do conceito de agrohidronegócio, aborda-se a articulação dos vários complexos que se territorializaram no processo de expansão da agricultura moderna nas áreas de Cerrado, tomando-se como recorte o estado de Goiás. Objetiva-se expor os resultados desse processo e as (Re)Existências que vão se construindo no território goiano, mais especificamente no município de Cristalina, um dos mais representativos da força do agronegócio no estado.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Agronegócio. Agrohidronegócio. (Re)Existências.

ABSTRACT: This article reflects on the modernization of agriculture in Brazil and the consolidation of the Agroindustrial Complexes and their new guise called agribusiness. Based on the concept of agrihydrobusiness, the articulation of the various complexes that have been territorialized in the process of expansion of modern agriculture in the Cerrado areas is addressed, taking the state of Goiás as a cutout. The objective is to expose the results of this process and the (Re)Existences that are being built in the territory of Goiás, more specifically in the municipality of Cristalina, one of the most representative of the strength of agribusiness in the state.

Keywords: Modernization of agriculture. Agribusiness. Agrihydrobusiness. (Re)Existences.

¹ Pós-graduando do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGGC (Mestrado Acadêmico), da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão e bolsista CAPES no PPGGC / UFG-RC. E-mail: ferreiraaquino@hotmail.com.br.

² Professora da Unidade Acadêmica Especial Instituto de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: magdaufgatalao@yahoo.com.br.

RÉSUMÉ: Le présent article apporte une réflexion sur la modernisation de l'agriculture au Brésil et la consolidation des complexes agro-industriels et sa nouvelle approche appelée agrobusiness. Sur la base du concept d'agrohydrobusiness, on aborde l'articulation des différents complexes qui sont devenus territoriaux dans le processus d'expansion de l'agriculture moderne dans les régions du Cerrado, prenant l'état de Goiás comme une coupure. Dont l'objectif est d'exposer les résultats de ce processus et les (Ré)Existences en construction sur le territoire de Goiás, plus précisément dans la municipalité de Cristalina, l'une des plus représentatives de la force de l'agrobusiness de l'état.

Mots-Clés: Modernisation de l'agriculture. Agrobusiness. Agrohydrobusiness. (Ré)Existences.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma reflexão sobre a modernização da agricultura, a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e sua nova roupagem na década de 1990, o agronegócio. Posteriormente, aborda-se o conceito de agrohídronegócio para entender a territorialização dos vários complexos que se estruturaram na área do Cerrado e, mais especificamente, no estado de Goiás. Por fim, reflete-se a partir do conceito de (Re)Existências, o enfrentamento que pequenos agricultores familiares e famílias de assentados vêm desenvolvendo na luta pelo acesso, pela permanência, pelo trabalho e pela vida digna no campo.

Como recorte empírico para analisar as (Re)Existências de famílias de trabalhadores do campo, tomou-se o município de Cristalina (GO), conhecido por ser um dos municípios de maior pujança no agronegócio em Goiás, com uso intensivo da terra pelo modelo de agricultura convencional e sua grande quantidade de pivôs centrais que se espalham pela paisagem.

Propõe-se como objetivo refletir sobre as ações de (Re)Existências produzidas como enfrentamento à expansão do agrohídronegócio em Goiás, consolidado a partir do processo de modernização da agricultura no país e da constituição dos CAIs. Entender esse enfrentamento nos possibilita também demonstrar a verdadeira face do agrohídronegócio, e o papel essencial da pequena agricultura familiar, camponesa, ribeirinha, quilombola, dentre outras comunidades tradicionais, que trabalham a terra em sintonia e com respeito à natureza e ao trabalho humano.

Para alcançar tal objetivo, realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos de vários autores que discutem a temática, como Pires (2000), Delgado (2001), Brandão (2007), Shanin (2008), Mendonça (2010), Matos e Pessoa (2011), Bombardi (2013), Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), Mitidiero Junior e Feliciano (2018), entre outros. Complementou-se a pesquisa com as observações, anotações e o registro fotográfico realizado durante o trabalho de campo.

Produzido como requisito da disciplina Trabalho, Movimentos Sociais e Gestão do Território, cursada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGC), da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, este trabalho traz as valorosas contribuições absorvidas nos inúmeros debates e exposições em sala, na ampla bibliografia trabalhada ao longo da disciplina e no trabalho de campo acadêmico, realizado nos dias 27 de junho e 5 de julho de 2019.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Promovida no Brasil desde meados do século XX, a modernização da agricultura estruturou-se a partir de um conjunto de políticas e programas estatais. Seu objetivo era aumentar a produção e a produtividade agrícola por intermédio das inovações tecnológicas que se propagavam internacionalmente no âmbito da chamada Revolução Verde (MATOS; PESSÔA, 2011).

Delgado (2001) salienta a importância de situar os fundamentos do pensamento econômico hegemônico que vigorava no país, reforçados ainda após o golpe militar de 1964. Tendo como base o pensamento funcionalista norte-americano, o pensamento econômico brasileiro amplamente divulgado nesse período é o baseado na lógica dos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico (DELGADO, 2001).

Sob essa lógica funcionalista, a agricultura deveria cumprir cinco funções básicas na economia: “liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano [...]” (DELGADO, 2001, p. 162).

Sem qualquer interesse de promover a reforma agrária, ou seja, alterar a estrutura fundiária brasileira assentada desde o período colonial sobre a grande propriedade fundiária, essa tese funcionalista é a que se torna hegemônica a partir do golpe de 1964. Para cumprir tais funções básicas da agricultura, promoveu-se uma ampla modernização tecnológica, que modifica intensamente a produção no campo brasileiro, bem como as relações capital x trabalho e campo x cidade (MATOS; PESSÔA, 2011).

Nascida sobre a derrota do movimento pela reforma agrária, a modernização da agricultura foi construída e fomentada por múltiplas políticas e programas estatais que subsidiaram a ampliação da área produtiva a partir do rápido avanço da fronteira agrícola sobre as áreas de Cerrado, bem como a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde (PIRES, 2000; DELGADO, 2001).

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Estado brasileiro promoveu os mais variados programas e projetos para concessão de subsídios e implantação de infraestrutura necessária ao avanço do capitalismo no campo. Rodovias são criadas e pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, armazéns, grandes hidrelétricas e linhas de transmissão de energia são construídos, ou seja, há uma criação e dispersão pelo território nacional de “fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária” (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 303).

Matos e Pessôa (2011) citam como principal instrumento estatal de subsídio e apoio para consolidação da modernização da agropecuária no país o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), caracteristicamente voltado para os grandes proprietários de terra. Outros ainda foram criados para beneficiar atividades ou regiões específicas, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), Programa Especial para o São Francisco (PROVALE), Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), entre outros (MATOS; PESSÔA, 2011).

Pires (2000) aborda o papel desempenhado por três programas agropecuários estatais voltados à ocupação produtiva do Cerrado: Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), e Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

A partir de tais políticas e programas estatais, que em alguns casos obtiveram parcerias com capitais privados, constituiu e consolidou-se os Complexos Agroindustriais

(CAIs), responsáveis por promover um acelerado processo de integração de capitais e uma reorganização espacial e socioeconômica do campo no Brasil. Tais processos objetivavam unicamente a díade produção e produtividade, sem qualquer preocupação com as dimensões sociais e ambientais (MATOS; PESSÔA, 2011).

A consolidação dos CAIs no campo brasileiro representou tanto a materialização da industrialização no espaço agrário do país quanto um símbolo da reestruturação produtiva do capital (MATOS; PESSÔA, 2011). Os resultados logo surgiram, tais como a produção em larga escala de *commodities* – como a soja e a cana-de-açúcar –; a ampliação da concentração fundiária; a exclusão social de uma multidão de pequenos e médios produtores; a intensa migração interna, especialmente da população empobrecida no campo que se dirigia às cidades; a destruição ambiental; a precarização e superexploração do trabalho e, por fim, o aumento das desigualdades sociais e regionais, historicamente presentes no país (MENDONÇA, 2010; MATOS; PESSÔA, 2011).

O modelo produtivo dos CAIs, baseado na produção monocultora de *commodities*, não deixa de se assimilar, e não por acaso, a dinâmica socioespacial do *plantation*, que tendo por base a grande propriedade fundiária, pautava-se na intensificação da exploração da terra e dos trabalhadores para o aumento da produtividade, cuja produção volta-se completamente ao mercado externo (MENDONÇA, 2010).

Vê-se como as velhas formas se revestem de novos discursos e aparências. A partir da década de 1990, também os CAIs e o modelo de desenvolvimento econômico na agropecuária brasileira se revestiram de uma nova roupagem denominada pelo termo agronegócio. Mantém-se a mesma estrutura, baseada na produção de *commodities* em grandes e modernas propriedades, que empregando tecnologia de ponta, reduz, exclui e precariza ainda mais a mão-de-obra, ao mesmo tempo que amplia a exploração da terra, da água e dos trabalhadores, destinando ao mercado externo grãos, carnes e energia a um “baixo” custo, compensado pela exploração desenfreada da natureza e dos trabalhadores (MENDONÇA, 2010; MATOS; PESSÔA, 2011).

A face da imensa violência desse modelo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro é mostrada por Bombardi (2013) e Mitidiero Junior e Feliciano (2018). A primeira autora ressalta que a produção de agrocombustíveis e/ou *commodities* atende a três grupos de interesse, que muitas vezes podem se sobrepor: os grandes proprietários de terra, o capital territorializado no campo e os oligopólios transnacionais produtores de insumos químicos utilizados na agricultura (BOMBARDI, 2013).

Em 2009, o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e a violência silenciosa desse consumo já tinha sido responsável por 62 mil intoxicações por agrotóxicos entre os anos de 1999 a 2009. No mesmo período de dez anos, os agrotóxicos foram responsáveis por 1.876 casos de morte por intoxicação, uma média de 170 por ano, ou ainda, uma morte a cada dois dias (BOMBARDI, 2013).

Mitidiero Junior e Feliciano (2018) centram sua discussão na violência histórica no campo brasileiro, explicada por duas dimensões: a primeira é a violência estrutural própria do modo de produção capitalista, e a segunda é própria das especificidades do capitalismo brasileiro, cuja herança assenta-se no passado colonial, marcado pelo genocídio dos povos indígenas, pela escravidão de indígenas e principalmente africanos e pela propriedade privada da terra, institucionalizada posteriormente pela Lei de Terras de 1850.

Utilizando dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os autores mostram a dimensão assustadora dos números da violência contra aqueles que lutam pela terra, pelo acesso a água ou contra a superexploração do trabalho no campo. De 1985 a 2017, 1.813

peças foram assassinadas no campo. Entre 2001 e 2017, 684 pessoas foram assassinadas, sendo 331 camponeses, 198 agentes de mediação e lideranças, 94 índios e quilombolas e 61 trabalhadores rurais (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018). Os dados mostram que

[...] quem é assassinado nos conflitos e disputas por terra, água e trabalho no Brasil são, em sua maioria, camponeses sem terra, camponeses lideranças de movimentos sociais, sindicalistas, índios, quilombolas e o trabalhador vítima de escravidão contemporânea. Também morrem os apoiadores da luta pela terra: padres, freiras, advogados, funcionários públicos e políticos. Quem não morre nos conflitos agrários são os grandes proprietários rurais. Esses, frequentemente, são os mandantes dos assassinatos. (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018, p. 224).

Essa é a verdadeira essência por detrás do modelo de desenvolvimento econômico do agronegócio brasileiro. Tal modelo avançou e continua a avançar, quase sempre com violência, sobre as áreas produtoras de alimentos que sustentam a base alimentar do povo brasileiro, ou seja, sobre as unidades de produção camponesa, sobre a pequena e média produção familiar, bem como sobre as terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Com base no Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017) apresentam a contraditória realidade do campo brasileiro, onde os que possuem menos terra, produzem mais alimentos e geram mais empregos que os grandes produtores, revelando a capacidade produtiva das pequenas unidades,

Ou seja, a realidade contraditória na qual a “agricultura familiar” se insere, abrangendo o equivalente a 84,4% dos estabelecimentos do país e detendo somente 24,3% da área total, foi responsável pela produção de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% arroz, 30% dos bovinos e 21% do trigo. Ainda, a agricultura familiar seria responsável por 74,4% (12,3 milhões de pessoas) da ocupação laboral no campo, dominando a geração de trabalho/emprego rural. (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 18, grifo dos autores).

Há que se derrubar, portanto, a imensa falácia do discurso disseminado pela mídia, pela classe política, por grupos econômicos e setores conservadores da sociedade, de que o país precisa do agronegócio, que é esse modelo que abastece a mesa dos brasileiros e brasileiras. Com certeza as vitrines do agronegócio são amplas e um tanto voluptuosas, e sua disseminação extensiva pela paisagem do país não deixa de fortalecer tal discurso. Mas é preciso dar visibilidade a essência do espaço agrário brasileiro, demonstrar como este não é homogêneo pelo agronegócio, mas sim, permeado de pequenas unidades produtivas de famílias que tiram da terra, do rio e da mata o seu sustento e ainda abastecem a cidade com uma variedade imensa de produtos.

O conceito de *agrohidronegócio* abordado por Mendonça (2010) permite compreender melhor a dinâmica do modelo produtivo do campo brasileiro pautado no agronegócio e os impactos socioambientais deste nas áreas de Cerrado, nas quais se insere o território do estado de Goiás.

3 O AGROHIDRONEGÓCIO EM GOIÁS

Localizado geograficamente no centro do Cerrado e do Brasil, o estado de Goiás esteve profundamente inserido no processo de modernização da agricultura, articulado no contexto da reestruturação produtiva do capital. O território goiano vivenciou e ainda vivencia uma acelerada territorialização dos complexos agroindustriais, como os grãos-carne e sucroalcooleiro, que ao se territorializarem passam a articular

[...] ações conjuntas com os complexos mínero-químicos (fertilizantes), montador-metalúrgico (automóveis e implementos agrícolas) e barrageiro (produção de energia e reserva d'água para os irrigantes), consubstanciando no *agrohidronegócio*, como forma de assegurar as condições de produção/acumulação do capital. Esse processo conforma novas paisagens, cada vez mais excludentes e com uma diversidade de situações que necessitam ser pesquisadas, pois os territórios cerradeiros têm sido transformados em nome do progresso técnico e científico, implicando numa nova matriz espacial. (MENDONÇA, 2010, p. 192, grifo do autor).

O conceito de *agrohidronegócio* auxilia na compreensão do processo de modernização da agricultura, que também é um processo de modernização do território, pois no contexto da economia capitalista globalizada, a agricultura dita moderna depende e exige constantemente a modernização do território para garantir a reprodução e acumulação do capital (MATOS; PESSÔA, 2011).

Deste modo, necessário se faz compreender o movimento que articula os múltiplos complexos que se territorializam no território goiano, sendo, portanto, interdependentes. Enquanto se dava o processo de derrubada do Cerrado nas áreas de chapada, cuja madeira alimentou os altos fornos das indústrias siderúrgicas mineiras, o complexo de mineração de fosfato em Catalão e Ouvidor começava a operar. Em seguida, instalou-se vários complexos privados de extração de calcário agrícola e criou-se várias barragens para geração de energia ou para irrigação. Posteriormente, têm-se por intermédio de uma articulação entre capitais nacionais e internacionais, a instalação e expansão do complexo de automóveis e implementos agrícolas, estruturado no território goiano, principalmente nas cidades de Anápolis, Itumbiara, Jataí, Rio Verde, Goiânia e Catalão.

Conforme Mendonça (2010), o processo de territorialização do agrohidronegócio provocou mudanças profundas nas paisagens do Cerrado, e os chapadões goianos se viram transformados em verdadeiros “mares” de soja. A cana-de-açúcar disseminou-se do centro-sul até o centro-norte do estado a partir da territorialização de inúmeras usinas processadoras de álcool e açúcar, alterando profundamente a paisagem de municípios inteiros.

Famílias de pequenos agricultores, camponeses e pecuaristas tradicionalmente presentes no território goiano foram “empurrados” para os fundos de vale de ribeirões, córregos e rios, e para as áreas cuja topografia com declividade mais acentuada cria restrições à produção agrícola mecanizada da cana-de-açúcar, soja, milho, sorgo, algodão, entre outras *commodities* (MENDONÇA, 2010).

Tal deslocamento forçado direcionou agricultores familiares, camponeses e pecuaristas tradicionais para áreas com vegetação remanescente de Cerrado, em particular, sobre as cabeceiras de drenagem e vales de córregos e rios, gerando, conseqüentemente,

sérios problemas ambientais como redução do volume de água dos córregos, erosões nas vertentes, assoreamento e morte de nascentes pelo pisoteio do gado, entre outros.

O problema ainda se amplia com a construção de barragens nos rios do Cerrado, que desaloja esses sujeitos que se deslocaram para os vales em função do agronegócio, expulsando-os de seus territórios de resistência e potencializando os já complexos problemas urbanos, ao transformar produtores em tão somente consumidores, além de destruir por afogamento o pouco que resta da fauna e flora típicas do Cerrado presentes nas matas galerias (MENDONÇA, 2010).

Todavia, conforme lembra Brandão (2007)

Devemos, no entanto, desconfiar dessa expansão sem limites e não-questionável, ou fracamente questionadas da lógica do capital flexível conduzido sobretudo pelas unidades de expansão do agronegócio em suas diferentes fases e faces. Em primeiro lugar porque há, diante dela, por toda a parte, uma resistência ativa de grupos e comunidades expropriados por ela. Em segundo lugar porque há também uma outra resistência menos ativa, menos mobilizada, mas nem por isso menos “resistente” (BRANDÃO, 2007, p. 41, grifo do autor).

É preciso então refletir sobre as múltiplas vias de enfrentamento a essa expansão sem limites do agrohídronegócio, expor as resistências e o debate sobre a questão ambiental, os direitos humanos, a luta pela terra e pela água. Há que se ressaltar que existe uma oposição viva e aguerrida a dita racionalidade globalizada do capital no “múltiplo e nada uniforme ou globalizado mundo rural” (BRANDÃO, 2007, p. 41).

Um dos municípios goianos onde se encontra de forma marcante a territorialização do agrohídronegócio é Cristalina, município que conta com mais de duzentas barragens construídas e com o maior número de pivôs centrais de Goiás, além de ser um dos maiores produtores de soja do estado (IGNÁCIO, 2014). Tais empreendimentos barrageiros efetivados no processo de modernização da agricultura, fizeram de Cristalina um verdadeiro território do agrohídronegócio, mas que não se expande e se territorializa sobre o território sem encontrar resistências, sem sofrer conflitos na luta pela terra, pela água, pela dignidade do trabalho humano e conservação dos recursos naturais (GONÇALVES; CRUZ; MENDONÇA, 2011).

4 AS (RE)EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE CRISTALINA

Compreendida como uma associação entre a luta pelo acesso e/ou permanência na terra e novas ações de atuação política como marchas, ocupações de prédios públicos e fechamento de rodovias, as (Re)Existências são

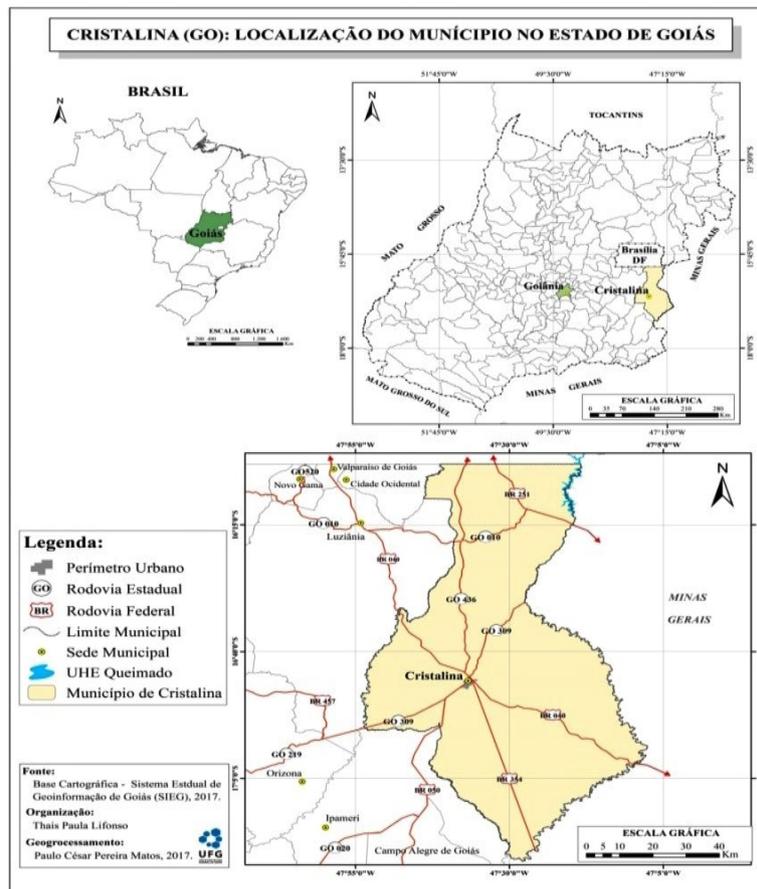
[...] permeadas por lutas pela permanência na terra, mas também por variadas dimensões do ser camponês, como as práticas socioculturais (religiosidade, festas, atividades políticas e oferta/recebimentos de demão, mutirões, “traições”, enfim, o trabalho coletivo etc.) que firma e estabelece laços de solidariedade, possibilitando resolver questões do cotidiano. (MENDONÇA, 2010, p. 196, grifo do autor).

Surge a partir daí novas alternativas de gestão, recuperação e preservação ambiental, bem como de produção agrícola, como a agricultura orgânica e o sistema agroflorestal.

Conforme ressalta Teodor Shanin (2008), a sociedade, a academia e a ciência têm muito a aprender com a inventividade e criatividade da economia familiar camponesa. É preciso

Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos. [...] Tudo isso é extremamente importante e pode ser visto claramente quando estudamos o campesinato de maneira séria, buscando compreendê-lo e buscando decifrar junto com ele o que e como fazer. (SHANIN, 2008, p. 29).

Em Cristalina (Figura 1), um dos municípios símbolos da pujança do agrohidronegócio em Goiás, que conta com uma agricultura intensiva de alto nível tecnológico, alguns exemplos da capacidade adaptativa e inventiva da agricultura familiar e camponesa podem ser observados. O enfrentamento e as (Re)Existências estão presentes e trazem consigo o movimento da contradição ao modelo econômico produtivo do agrohidronegócio. Cooperativa de pequenos agricultores familiares, produção agroecológica e orgânica e assentamentos de reforma agrária são algumas das ações presentes no município.



Fonte: SIEG, 2017. Org.: LIFONSO; MATOS, 2017.

Figura 1. Localização do município de Cristalina (GO).

Denominada Rede Terra, a cooperativa surgiu a partir do Instituto Rede Terra criado em 1998 e da organização de cerca de dez agricultores familiares do município de Cristalina. Foi criada com o objetivo de superar as dificuldades de comercialização da produção familiar e de obtenção de recursos. De acordo com informações fornecidas pelos técnicos da cooperativa, atualmente conta com mais de trezentos cooperados, sendo mais de 150 ativos, produzindo e comercializando sua produção em Goiás e no Distrito Federal (Figura 2).

A Cooperativa Rede Terra está inserida no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e no Circuito de Quitandas da Agricultura Familiar. Além desses programas, os agricultores familiares cooperados ainda destinam sua produção a Ceasa de Brasília, ao Quartel da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Cristalina, e para as Feiras Livres de Cristalina e Brasília.



Fonte: Anderson Ferreira Aquino (2019).

Figura 2. Sede da Cooperativa Rede Terra em Cristalina (GO).

Além da articulação com os programas para a comercialização da produção dos agricultores familiares cooperados, a Cooperativa Rede Terra está concluindo na sua nova sede, a instalação de equipamentos para o beneficiamento de polpas de frutos, além de uma câmara fria, equipamentos estes financiados junto a Fundação Banco do Brasil. Outro projeto da cooperativa é o Viveiro de Mudas Nativas do Cerrado, onde ocorre a produção e comercialização de mudas nativas do Cerrado para recuperação de áreas degradadas, além do cultivo de mudas de hortaliças e plantas medicinais.

A organização dos agricultores familiares no sistema cooperativo amplia as oportunidades de produção, de beneficiamento e comercialização de seus produtos, e os fortalece na busca por recursos financeiros e humanos, tais como financiamentos, suporte técnico e treinamentos. O papel desempenhado pela Cooperativa Rede Terra vem refletindo na melhoria de vida de centenas de famílias, que trabalham e vivem no campo, e isso não apenas na dimensão econômica.

Uma das principais bandeiras da cooperativa tem sido o incentivo à Agroecologia, entendida como uma “[...] ciência que nos ajuda a articular diferentes conhecimentos científicos e saberes populares para a busca de mais sustentabilidade na agricultura” (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR REDE

TERRA, 2017, p. 18). Diferentemente do modelo de produção baseado no agronegócio, a Agroecologia considera as dimensões da natureza, dos homens e mulheres, do trabalho e das múltiplas relações e saberes das comunidades que vivem e trabalham no campo.

Vários agricultores familiares cooperados na Rede Terra têm iniciado o árduo e gradual – mas um tanto profícuo – processo de transição da agricultura convencional para o modelo agroecológico. Atualmente, três cooperados detêm certificação de produção agroecológica orgânica e, uma imensa variedade de produtos cultivados sem agrotóxicos (Figuras 3 e 4) já vêm abastecendo a mesa de consumidores em Cristalina e Brasília.



Fonte: Anderson Ferreira Aquino (2019).

Figura 3: Produção agroecológica orgânica de hortaliças e frutas em Cristalina.

Observa-se nas Figuras 3 e 4, o cultivo consorciado de frutas como banana, limão e mamão; e hortaliças como couve, alho, cebola e alface. Utiliza-se nesta propriedade o sistema de rotação de culturas, de repouso do solo, de adubação orgânica e de irrigação por gotejamento; mais eficiente e econômico que a irrigação por aspersão, utilizada nos pivôs centrais do agronegócio.



Fonte: Anderson Ferreira Aquino (2019).

Figura 4: Cultivo agroecológico de hortaliças e frutas em Cristalina.

Tudo é produzido pelo casal de agricultores, que ocasionalmente ainda contratam um jovem para auxiliar nos trabalhos mais pesados. Sem a utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos, uma impressionante variedade de mais de trinta produtos é cultivada e colhida em uma área de vinte e nove hectares. Além de ampliar a renda, o ingresso na cooperativa e a posterior transição para a produção agroecológica significou uma importante melhoria da qualidade de vida da família, ao superar os vários problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos, quando produziam apenas milho e soja no modelo de agricultura convencional.

Outra importante (Re)Existência presente no município de Cristalina vem da luta pelo acesso à terra. O Assentamento Vitória é um dos exemplos concretizados desse enfrentamento ao latifúndio, ou seja, ao uso da terra para o simples objetivo de especulação. Iniciado no ano de 2003, o acampamento e o movimento de (Re)Existência pela reforma agrária nas margens da propriedade que não cumpria a função social da terra se estenderam até setembro de 2009, quando o latifúndio foi finalmente desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 45 famílias foram assentadas, conforme relato de um dos agricultores assentados.

De acordo com informações cedidas por um assentado, posteriormente concretizaram-se outras conquistas, como a construção de residências de alvenaria pelo Programa Nacional de Habitação Rural, vinculado ao INCRA, e a energia elétrica pelo Programa Luz Para Todos, do Governo Federal. Todavia, cabe ressaltar que tais ações se processaram um tanto lentamente, como é o caso da disponibilização de eletricidade para os assentados, concretizada apenas no ano de 2018, nove anos após tais famílias serem assentadas.

Atualmente as famílias de trabalhadores assentados cultivam uma grande variedade de produtos em suas respectivas parcelas de terra (Figura 5). Os assentados que ingressaram na Cooperativa Rede Terra têm obtido bons resultados e, aos poucos, ampliam-se as oportunidades de comercialização da produção, como é o caso do fornecimento de alimentos ao PNAE e PAA.

Além de quiabo, registrado na Figura 5, produz-se nessa mesma propriedade do assentamento maracujá, abóbora, tomate, alho, banana, mandioca, entre outros produtos. Um projeto inicial de transição para a agricultura agroecológica, com o cultivo de eucaliptos, café, goiaba, laranja, limão, mamão entre outras frutas também está presente na propriedade.



Fonte: Anderson Ferreira Aquino (2019).

Figura 5: Produção de quiabo em parcela de assentamento em Cristalina.

A principal dificuldade relatada para a efetivação da transição agroecológica é a carência de assistência técnica e, principalmente, crédito rural. A cooperativa tem incentivado e dado um suporte a tais projetos, mas ainda não tem conseguido auxiliar a todos, especialmente os mais distantes de sua sede. A prefeitura de Cristalina em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), vem disponibilizando tratores para aração e gradagem da terra, mas as dificuldades para o acesso ao crédito rural ainda persistem, dificultando novos investimentos nas propriedades. Outro obstáculo à produção agroecológica no assentamento são os grandes fazendeiros do entorno e suas produções convencionais com uso intensivo de agrotóxicos, o que acaba por empurrar as “pragas” da grande lavoura para os cultivos das famílias assentadas, forçando-os a utilizar agrotóxicos também.

Além de tais problemáticas, a questão logística tem dificultado em partes a produção no assentamento, dada à distância de cerca de 40 km até a sede da cooperativa, e às condições nem sempre boas das estradas. Os assentados acabam tendo que recorrer à contratação de fretes, o que, conseqüentemente, reduz os ganhos obtidos com a venda dos produtos. Os contratemplos são constantes, mas sem dúvida a capacidade criativa, inventiva e adaptativa descrita por Shanin (2008) é presente e visível nas propriedades do assentamento.

A mata ciliar bem preservada mantém o córrego com águas abundantes mesmo no período de estiagem característico do Cerrado, fornecendo água para a irrigação dos vários cultivos. Os eucaliptos plantados em consórcio com laranjeiras, goiabeiras e cafés servem como quebra vento à residência da família. Um pequeno curral vai sendo construído aos poucos nas proximidades do quintal, e o agricultor assentado já planeja a criação de algumas novilhas e garrotes para o próximo ano como forma de aproveitar a parcela de terra que ainda não tem conseguido cultivar, além do denso capim andropogon que cresce vicejante na terra que antes não era utilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da agricultura trouxe consigo um amplo aparato técnico e tecnológico, alterando a base técnica da agricultura brasileira que se inseriu, no início dos anos 1970, no movimento da Revolução Verde. O capital passava por uma reestruturação produtiva no período, e as mudanças no campo, bem como o avanço da agricultura moderna sobre as áreas de Cerrado abriram as portas para a consolidação do capital no espaço agrário do país.

Estruturou-se os Complexos Agroindustriais, como os grãos-carne e o sucroalcooleiro, e com eles os complexos mínero-químico, montador-metalúrgico e barrageiro. Estes se articulam sobre o território e podem ser compreendidos a partir do conceito de agrohidronegócio, cuja função territorial é assegurar uma eficiente produção, reprodução e acumulação de capital.

Têm-se como resultado desse processo, uma degradação sem precedentes da natureza e dos homens e mulheres que nela habitam, com a dizimação da fauna e flora típicas do Cerrado; alteração profunda das condições edafoclimáticas; poluição, assoreamento e morte de rios e córregos; alagamento indiscriminado de grandes porções de matas ciliares e de áreas de agricultura familiar, ribeirinha, camponesa, indígena e quilombola; ampliação da exploração do trabalho humano, precarizado e excludente, muitas vezes chegando ao nível de condições análogas as da escravidão; expulsão das famílias do campo para se tornarem consumidores e mão-de-obra barata na cidade, dentre tantos outros.

Todavia, com o avanço do capital no campo, também surgem as contradições e em seu interior as (Re)Existências. Sob múltiplas formas as (Re)Existências expressam o enfrentamento à expansão desenfreada do agrohidronegócio, que esconde por detrás da nomenclatura cativante de agronegócio a cadeia de articulação entre os grandes proprietários de terras, o capital territorializado no campo e os oligopólios transnacionais produtores de insumos químicos, implementos agrícolas e energia.

Falar de (Re)Existências é promover a desmistificação de que o campo brasileiro – e aqui trazemos como recorte o estado de Goiás – é homogeneizado pelo agrohidronegócio, de que é esse modelo produtivo que alimenta os brasileiros e produz energia limpa. Os números sempre astronômicos das arrecadações do agronegócio não condizem com a melhoria de vida da população brasileira, pelo contrário, reforçam basicamente a mesma estrutura socioeconômica e territorial do *plantation* no período colonial, com exploração excessiva da terra, dos recursos naturais e dos trabalhadores, se estruturando e se expandindo sempre com base na violência.

Contrapondo a dita racionalidade globalizada e globalizante do capital no campo, uma multidão de famílias de pequenos agricultores familiares, de camponeses, de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, persistem e (Re)Existem no campo, em um movimento dialético de existir para resistir, e de resistir em suas existências. É nesse movimento que se observa a imensa capacidade criativa, inventiva e adaptativa desses grupos.

No município de Cristalina, conhecido pela força que o agrohidronegócio possui em seu território, tais (Re)Existências estão presentes pela atuação de pequenos agricultores familiares em associação com famílias de assentados da reforma agrária. Como estratégia para permanência e (Re)Existência no campo, esses grupos consolidaram a Cooperativa Rede Terra, que aos poucos vai territorializando uma importante cadeia de distribuição de alimentos produzidos pela agricultura familiar do município.

Amplia-se as oportunidades de comercialização e abre-se novas alternativas produtivas no campo, como é o caso da produção agroecológica, já presente e certificada nas propriedades de alguns cooperados. Na luta pelo acesso à terra também se expressa outra importante (Re)Existência, e vê-se imensos latifúndios, antes utilizados apenas como reserva de valor, convertidos em várias parcelas de terras, como é o caso do Assentamento Vitória, também no município de Cristalina, que abriga atualmente 45 famílias de assentados.

São múltiplas as dificuldades e desafios dos assentados, mas os frutos da luta pela terra já são colhidos entre suor e sorrisos. O córrego que corre majestoso no fundo das propriedades tem sua mata ciliar bem preservada, pois a manutenção dele garante não apenas a produção irrigada, mas significa o próprio sustento da família. O uso da irrigação por gotejamento e o ensaio de uma produção agroecológica dão sinais da consciência ambiental do assentado, que não é levada em conta no modelo convencional do agrohidronegócio. Onde antes não se produzia nada, hoje se produz com fartura grande variedade de frutas, hortaliças e raízes. A perspectiva para o próximo ano é a integração do cultivo com a criação de gado, que produzirá carne, leite, além do esterco para adubação da produção.

O espaço agrário brasileiro, reportado quase sempre pela mídia como homogêneo, mostra-se assim, múltiplo e permeado pela vivacidade das (Re)Existências de pequenos agricultores familiares, camponeses, indígenas, ribeirinhos e quilombolas. São esses grupos que produzem a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, e produzem com respeito à natureza e ao trabalho humano.

Seus saberes, suas técnicas, suas criatividadeas ainda carecem de muitas pesquisas, e a sociedade tem muito o que aprender com o modelo da economia familiar. Aprender para respeitar, valorizar e apoiar, bem como para derrubar as falácias da grande mídia, da classe política e dos grupos econômicos do agronegócio. A sociedade brasileira precisa conhecer a força que vem do campo e de suas (Re)Existências.

REFERÊNCIAS

- BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos. *In*: STEFANO, D.; MENDONÇA, M. L. (org.). **Direitos humanos no Brasil 2013**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: [s.n.], 2013. p. 65-75.
- BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.
- DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.
- GONÇALVES, R. J. de A. F.; CRUZ, S. H.; MENDONÇA, M. R. Práticas agroecológicas no município de Cristalina/GO: desafios no território do agrohídronegócio. *In*: SANT'ANA, R. S.; CARMO, O. A. do; LOURENÇO, E. A. de S. (org.). **Questão agrária, saúde do trabalhador e os desafios para o século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. cap. 6. p. 85-99.
- IGNÁCIO, M. B. **A expansão do modo capitalista de produção e sua marcante influência no campo brasileiro**: o caso de Cristalina-GO. 2014. 75 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR REDE TERRA. **Cadernos da agricultura familiar e economia solidária**: agroecologia. Cristalina: Rede Terra, 2017. n. 3. 46 p.
- MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, jul./dez. 2011.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, p. 7-77, set./dez. 2017.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 220-246, 2018.
- MENDONÇA, M. R. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohídronegócio e as (re)existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, p. 189-202, jan./jun. 2010.
- PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1-2, p. 111-131, jan./dez. 2000.
- SHANIN, T. Lições camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
- SIEG. Sistema Estadual de Geoinformação. **Downloads, SIG-Shapefiles**. IMB (coord.), SEGPLAN (desen.). 2017. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2017.